**RELAÇÃO ENTRE O PROPOSTO NO PPP E PRÁTICA DOCENTE
EM ESCOLAS DO CAMPO DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC**

Monografia apresentada para a obtenção do título de Especialista em Educação do Campo, Curso de Pós-Graduação em Educação do Campo, Departamento de Planejamento e Administração Escolar, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Marizete Lucini

CURITIBA

2007

Ao meu esposo Vilmar, ao meu filho Erasmo e a todos meus familiares e amigos (as) pelo apoio e incentivo que me deram em todos os momentos em que estive no curso e nos momentos em que estive fazendo os trabalhos em tempo comunidade, obrigada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço de coração à minha orientadora Marizete, à coordenadora do curso Sônia, às coordenadoras pedagógicas Cecília e Natacha, à professora Laura. A todos os professores do curso o meu muito obrigada pela compreensão de todos.

Que Deus ilumine, dê proteção e saúde a todos.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa consistiu em identificar a relação entre o proposto no Projeto Político Pedagógico e a prática docente em uma Escola do Campo do Município de Novo Horizonte – SC, especificamente numa turma da quarta série. A pesquisa é de abordagem qualitativa, pois se compreende que a pesquisa não pode ser somente observação, mas também reflexão para conhecer melhor o que está acontecendo e assim poder avançar no conhecimento e descobrir formas concretas para contribuir com a possibilidade de amenizar as problemáticas vivenciadas na escola. Na efetivação da pesquisa no Centro Educacional Novo Horizonte, procedi por meio da observação e descrição de algumas atividades desenvolvidas com os educandos, objetivando analisá-las. Assim, descrevi e analisei atividades relativas a três disciplinas escolares que estão propostas na grade curricular da escola. Como resultados, observei que os conteúdos propostos no PPP são contemplados pela prática docente, mas são desenvolvidos de forma descontextualizada da realidade vivida pelos educandos, o que evidencia que a relação entre o proposto no PPP e a prática docente não se efetiva em sala de aula, devido ao não estabelecimento entre os conteúdos e o vivenciado na realidade dos educandos. Os resultados da pesquisa também apontaram para a necessidade de a escola do campo ser um espaço aberto, participativo, envolvendo e integrando a comunidade, refletindo e problematizando o contexto do campo, formando consciência e resistência para que todos lutem pelos seus direitos, visando à emancipação humana.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1º CAPÍTULO.....	10
1 OCUPAÇÃO DO OESTE DE SANTA CATARINA.....	10
1.1 POVOAMENTO DO OESTE.....	10
1.2 PRIMEIRA ESCOLA.....	11
1.3 HISTÓRIA POLÍTICA DE SÃO LOURENÇO D' OESTE	12
1.4 DOS PRIMEIROS HABITANTES À EMANCIPAÇÃO POLÍTICO- ADMINISTRATIVA.....	12
1.5 ASPECTOS GERAIS DE NOVO HORIZONTE	14
1.6 DIAGNÓSTICO DA UNIDADE ESCOLAR.....	15
2º CAPÍTULO	19
2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CENTRO EDUCACIONAL NOVO HORIZONTE.....	19
2.1 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO....	19
3º CAPÍTULO	27
3 A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO CENTRO EDUCACIONAL NOVO HORIZONTE	27
3.1 CONCEITUANDO PRÁTICA PEDAGÓGICA	27
CONSIDERAÇÃO FINAIS	43
REFERÊNCIAS	45

INTRODUÇÃO

Esta monografia é o resultado de uma pesquisa sobre a relação entre o proposto no Projeto Político Pedagógico e a prática docente desenvolvida em uma Escola do Campo do município de Novo Horizonte – SC. A temática central desta pesquisa situa-se, portanto, na relação entre teoria e prática a partir de dois significativos elementos pedagógicos: o Projeto Político Pedagógico de uma escola e a prática docente no contexto da Educação do Campo. A problemática que originou esta pesquisa pode ser situada na atividade docente que em minha trajetória profissional e pessoal foi exercida no contexto do campo.

Atuar como educadora do e no campo não é tarefa fácil, pois ao longo desses vinte anos muitas foram as dificuldades que enfrentei. Por outro lado, também é muito gratificante, pois muitas foram as conquistas. Iniciei minha carreira como educadora aos dezessete anos de idade, apenas com o Ensino Fundamental completo, em uma escola do campo. Sentia a necessidade de qualificar-me para o trabalho que vinha desempenhando de forma leiga. Então, em julho do ano de 1987, iniciei o PROJETO LOGOS II, curso que visava habilitar, a nível médio, professores ainda sem habilitação. No final do ano de 1989, concluí este curso e, finalmente, estava habilitada para trabalhar com as crianças.

Sabendo que era necessário estar em constante aperfeiçoamento, fiz o curso de Pedagogia em Séries Iniciais Complementação em Educação Infantil e o curso de Especialização em Séries Iniciais e Educação Infantil. Atualmente trabalho no município de Novo Horizonte, onde há, ao todo, duas escolas municipais nucleadas. Durante todo este tempo, foi possível conhecer um pouco melhor a realidade das pessoas que vivem neste espaço, suas necessidades, suas potencialidades, enfim, seu modo de viver.

Compreender o lugar da escola na Educação do Campo é compreender o tipo de ser humano que ela precisa ajudar a formar e como pode contribuir com a formação dos novos sujeitos sociais que vêm se constituindo no campo hoje. A escola precisa cumprir a sua vocação universal de ajudar no processo de humanização das pessoas e com as tarefas específicas que pode assumir nesta perspectiva. Ao mesmo tempo é chamado a estar atenta à particularidade dos processos sociais do seu tempo histórico e ajudar na formação das novas gerações de trabalhadores e militantes sociais. (FERNANDES, 2004, p. 37)

Nesta longa trajetória trabalhando com séries iniciais no campo, fazendo uma análise da prática pedagógica, percebi que essa prática nem sempre corresponde às necessidades vividas pelos povos do campo, talvez porque os educadores não estão preparados especificamente para trabalhar ou adequar a sua prática à realidade dos educandos do campo. Na angústia por aproximar o ensinado com a realidade vivida, procurei participar de conferências e encontros sobre a Educação do Campo para poder me atualizar e adquirir conhecimentos relevantes para então trabalhar com os educandos.

Nas diversas discussões e estudos em que participei, a problemática sobre a qual desenvolvi esta pesquisa foi sendo construída, e podemos indicá-la como circundando a relação entre "teoria e prática". As leituras, as reflexões e a formação continuada que foi possibilitada durante minha trajetória profissional me levou à aprendizagem de que o contexto do campo e o contexto urbano são instâncias diferenciadas no que se refere à cultura, ao modo de viver, aos hábitos, à forma de produzir e de se relacionar.

A educação desenvolvida no contexto do campo, contudo, historicamente seguiu os padrões urbanos até bem pouco tempo. Na atualidade, o campo vem sendo discutido como um espaço cultural, social, econômico e político com características próprias, que, por isso, necessita de uma educação que responda às necessidades do campo, principalmente quando a discussão centra-se no âmbito do direito ao acesso à educação pelos povos do campo.

A partir destas reflexões, o objeto de pesquisa adquire mais especificidade, qual seja, a Educação do Campo como o contexto. Ao compreender que essa realidade é diferenciada e, portanto, necessita de um tratamento específico, minha atenção se volta ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, pois é nesse documento que está explicitada qual educação a comunidade escolar elegeu para a sua realidade.

Porém, com a clareza e a experiência de que o proposto nem sempre é efetivado, a investigação da relação entre o proposto no PPP e o efetivado em sala de aula me permitiu eleger a prática pedagógica como um segundo elemento da pesquisa. Elegi uma das séries iniciais para a pesquisa de campo e optei em observar a prática docente desenvolvida na 4ª série, por compreender que nesse nível e série de ensino a idade e a escolaridade das crianças permitem uma

interlocução maior entre docente e educados, o que poderia enriquecer a troca de experiências entre o ensinado e a realidade do campo.

Assim, defini o campo de pesquisa: o Centro Educacional Centro Educacional Novo Horizonte. Nessa escola, priorizei o estudo e a análise do Projeto Político Pedagógico e a prática pedagógica desenvolvida na 4ª série dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em que realizei as observações de campo.

Após ter feito a observação durante 5 dias letivos, no mês de maio de 2007, em que assisti as aulas de todas as disciplinas do currículo da escola, procedi pelo estabelecimento de relação entre as áreas e conteúdos desenvolvidas na sala de aula e os propostos no PPP. Para tanto, me utilizei da análise do PPP e, além das observações, também utilizei o caderno de alunos para estabelecer esta relação por um período maior de tempo, já que minhas observações restringiram-se há uma semana apenas. A partir do caderno do aluno foi possível apontar os conteúdos e disciplinas desenvolvidas pelo professor desde o início do ano letivo até a semana das observações.

Além dessa definição mais geral, também procedi à escolha de três das atividades desenvolvidas nos dias de observação, focalizando conteúdo, metodologia e avaliação das atividades desenvolvidas pela prática docente em relação ao proposto no PPP, objetivando estabelecer as relações entre o proposto e o efetivado.

A exposição desta pesquisa está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo, faço uma breve contextualização desde a ocupação do Oeste de Santa Catarina, do município considerado mãe de Novo Horizonte, São Lourenço do Oeste, com seus principais aspectos, como: a sua história política, os primeiros habitantes, a emancipação política – administrativa, daí, então, os aspectos gerais do município de Novo Horizonte, onde fiz a pesquisa envolvendo o diagnóstico geral da Unidade Escolar o Centro Educacional Novo Horizonte.

No segundo capítulo, relatei o processo de construção do Projeto Político Pedagógico do Centro Educacional Novo Horizonte, mostrando como esse projeto é estruturado com o Marco Teórico, Marco Estrutural, Marco Filosófico, a Filosofia Educacional da Escola, como se dá o Planejamento dos conteúdos trabalhados, o Currículo proposto no Projeto Político Pedagógico e como o PPP foi construído na escola coletivamente ou somente por alguns profissionais. Todos esses aspectos

foram relacionados com uma fundamentação teórica pertinente às discussões da Educação do Campo.

No terceiro capítulo, relatei a prática pedagógica desenvolvida em sala de aula relacionada aos conteúdos e à metodologia desenvolvida em relação ao proposto no PPP, traçando aproximações e limites. Algumas alternativas também são mencionadas na discussão sobre a viabilidade de efetivar o proposto.

Na conclusão, destaco que a escola do campo necessita trabalhar com os interesses dos educandos para que eles possam compreender os seus espaços e resolver ou amenizar suas necessidades ou problemas do dia-a-dia. Assim, com certeza, poderão se defender, se organizar, lutar para se emancipar e transformar o meio que vivem e até mesmo a sociedade. Destaco, também, que a escola precisa estabelecer relações entre os conteúdos trabalhados na escola com a realidade dos educandos para que eles possam fazer essa relação e perceber uma forma acessível de trabalhar esta relação no contexto vivido.

1 OCUPAÇÃO DO OESTE DE SANTA CATARINA

1.1 POVOAMENTO DO OESTE

O Oeste de Santa Catarina foi colonizado em consequência da solução da campanha do Contestado, da construção da estrada de ferro São Paulo Rio Grande e da vinda de descendentes de imigrantes alemães e italianos do Rio Grande do Sul e poloneses do Paraná, por considerarem as terras mais férteis e menos dobradas, cobertas por matas e pinhais tentadores.

A principal atividade dos primeiros colonos do Oeste Catarinense era agrícola e pastoril. Com seu trabalho braçal produziam produtos de qualidade, como: milho, trigo, batatas e feijão. Esses produtos eram comercializados para os grandes centros consumidores como Rio de Janeiro, São Paulo e outros, e a madeira de boa qualidade era exportada para a Argentina. No fim da década de 40, foi introduzido na região o trator e o caminhão, as estradas foram abertas e o homem tomou conta da natureza e transportou a madeira para as grandes cidades do Brasil.

Como estavam abertos os caminhos para o desenvolvimento do Estado e pela ordem política – administrativa, foram instalados quatro municípios. Entre esses municípios estava Chapecó, pela lei número 1147 de 25.08.1917, ainda antes de Santa Catarina tomar posse definitiva da área que lhe coube no acordo dos limites. Por volta de 1927, chegaram os primeiros colonizadores descendentes de italianos e alemães, tomando o lugar de alguns caboclos, que tiveram que ir para outras regiões do país, onde ocorreram novos povoamentos. Foram criados os distritos do município de Chapecó, e, entre eles, São Lourenço D' Oeste, em 1951.

Entre os anos de 1953 e 1965, ocorreu, no Oeste de Santa Catarina, um rápido processo de emancipações municipais. Do velho Chapecó foram desmembrados 34 novos municípios, a partir dos distritos já existentes, entre eles, São Lourenço D' Oeste, pela lei nº 348, de 21 de junho de 1958, e sua instalação foi dia 26 de julho de 1958. Em 02 de janeiro de 1961, foi instalada a comarca, pela lei nº 2436 de 27 de outubro de 1960.

Esse município era habitado desde 1900 por caboclos, aventureiros, mercadores de erva-mate e tropeiros. O caminho era percorrido por picadas e picadões e ali foram construídos ranchos de pouso de tropas e os caboclos foram procurar outros lugares para viver.

O primeiro nome dado a São Lourenço D' Oeste foi Catanduva, por existir aqui um tipo de vegetação com esse nome. Depois se chamou Bracatinga. A origem deste nome deve-se ao barracão da Empresa Saudade, feito da madeira chamada Bracatinga. São Lourenço D' Oeste passou a ser chamado assim com a fundação da Paróquia de São Lourenço D' Oeste, prevalecendo o nome do Santo.

No início, o espírito pioneiro dos moradores que aqui chegaram foi de muita garra, determinação e trabalho. Tudo começou quando os primeiros moradores se instalaram nessas terras que prometiam fartura na área da agricultura e da pecuária.

Os caboclos e os imigrantes oriundos do Litoral Catarinense e do Rio Grande do Sul foram os que contribuíram para o povoamento de São Lourenço D' Oeste. Os caboclos que ficaram morando neste município trabalhavam e cultivavam a terra para o sustento da família. Desidério da Costa foi o primeiro morador de São Lourenço D' Oeste. Aqui chegou em 21 de setembro de 1948 com a esposa e seis filhos. Veio de Vitorino- PR, com sua mudança transportada de carroça e puxada a cavalos, passando por picadas e instalando-se no barracão da Empresa; ali ajudou a construir a serraria da Empresa Saudades e na abertura da estrada de São Lourenço D' Oeste a Vitorino, e, com o passar do tempo, se instalaram outras famílias no município.

1.2 PRIMEIRA ESCOLA

O povo lourenciano teve a necessidade de se aperfeiçoar e adquirir conhecimentos, e, em 1949, começou a funcionar a primeira escola. Essa escola atendia às séries iniciais e era pública. Funcionou durante o ano de 1949, tendo como sua primeira professora Lúcia D' Agustini e, nesta escola, rezou-se a primeira missa oficial de São Lourenço D' Oeste, no dia 06.08.1949. A segunda escola funcionou de 1949 até 1953 e teve como professora Carmela Rezzieri Garcia. Neste mesmo ano, essa escola foi desativada com a vinda das freiras da Ordem Franciscana juntamente com o frei da Paróquia de São Lourenço D' Oeste, Frei Fidélis de Colombo. Fundaram a terceira escola, que passou a ser chamada Sórora Angélica, em princípio denominada Escola Reunida Sórora Angélica, onde lecionavam as freiras.

Hoje, a Escola Básica Sórora Angélica, mais velha que as velhas árvores que dão sombra e proteção, completa 45 anos de existência, e os seus bancos escolares

passaram de pais para filhos. E hoje acomodam os netos. No decorrer dos anos, fundaram-se novas escolas.

1.3 HISTÓRIA POLÍTICA DE SÃO LOURENÇO D' OESTE

São Lourenço D' Oeste, como era distrito de Chapecó, foi administrado por "intendentes", cargo assemelhado ao do "subprefeito", nomeados pelo prefeito de Chapecó. Mais tarde houve a emancipação do município. Foi então nomeado um prefeito provisório, que ocupou o seu cargo em 16-12-1958, até ocorrer a instalação do município e no seu mandato provisório teve dois auxiliares. Com a instalação do município, foi eleito pelo povo no dia 03 de outubro de 1958 o primeiro prefeito de São Lourenço D' Oeste, que teve o seu mandato por 5 anos, juntamente com os vereadores.

Com o passar do tempo, o povo de Novo Horizonte, distrito de São Lourenço D' Oeste, criado pela lei nº 65/61 decidiu, no ano de 1990, formar uma comissão emancipadora para debater, explorar e analisar as reais condições confrontadas com a lei nº 1 de 06-01-1989, na qual se estabelecem requisitos mínimos para a criação de novos municípios. Novo Horizonte possuía todos os requisitos necessários para ser município. Houve o termo de acordo entre a comissão emancipacionista do distrito de Novo Horizonte e as seis comunidades que não quiseram fazer parte deste município.

Os membros da comissão emancipadora do distrito de Novo Horizonte foram até a Assembléia Legislativa para tratar do referido assunto, a emancipação do município. O presidente da Assembléia dos Deputados Heitor Schê determinou, então, a realização do plebiscito junto à população do distrito de Novo Horizonte, conforme os limites estabelecidos.

1.4 DOS PRIMEIROS HABITANTES À EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Aos trinta e um dias do mês de março de 1991 foi realizado o plebiscito do distrito de Novo Horizonte. Cabe destacar que Novo Horizonte, no período colonial, era habitado pelos caboclos que constituíram sua forma de vida relacionada com a

natureza e seus recursos, pois a mata nativa era abundante, mas foi da mesma mata que se serviram os colonizadores quando da construção de suas primeiras casas. Isso mostra que o cultivo da terra pelos caboclos se dava exclusivamente para a subsistência, sem fins lucrativos. Também a pesca e a caça eram praticadas pelos caboclos, antes da chegada dos colonizadores, pois os caboclos não tinham o costume de acumular bens e tinham uma vida simples, moravam em ranchinhos de tábuas lascada, chão batido, sem portas, sem janelas, de esteio de taquaras e folhas.

A identidade cultural dos caboclos era conhecida a partir de algumas práticas e seus costumes, como: em relação à fé religiosa, os caboclos rezavam o terço e as missas nas casas, comemoravam as festas em honra aos santos da igreja católica e os batizados eram feitos em casa; quanto ao casamento, os pais da moça e do rapaz faziam os pretendentes darem as mãos e eles estavam casados, pois o compromisso era a própria palavra, já que prezavam o que diziam. No entendimento dos caboclos sobre a colonização e seus protagonistas, vigorava uma imagem de invasão das terras e tomaram rumos diferentes, pois os colonizadores procuraram essas terras devido à qualidade do solo e à grande quantidade de água doce e de boa qualidade que havia aqui no município de Novo Horizonte.

No ano de 1946, havia um barraco de madeira para abrigar os demarcadores de terras e os colonizadores que chegavam para ocupar as referidas terras, onde habitavam muitos caboclos neste município. Com a vinda dos imigrantes que compravam as terras dos colonizadores, os caboclos que não conseguiram comprar as terras dos colonizadores, devido aos altos preços, e foram para outros lugares a procura de abrigos para suas famílias. Foi nesta época que Novo Horizonte teve seu primeiro nome, Pito Aceso, devido às tropas que passavam por esta vila com gado vindos do Rio Grande do Sul até os campos de Palmas. Os tropeiros pernoitavam em uma pensão, ali realizavam bailes, e, como era de costume, os caboclos dançavam com o pai na boca. Quando esses tropeiros eram indagados onde passavam a noite, respondiam: passamos a noite lá no Pito Aceso.

Mais tarde, chamou-se Santa Lúcia, devido ao grande número de pessoas que eram devotas desta santa. E como havia um número elevado de habitantes oriundos de Lauro Muller, deram o nome de Novo Horizonte, porque lá existia um lugarejo chamado de Novo Horizonte e, com muito empenho e dedicação, o povo horizontino lutou e conseguiu sua emancipação.

Então, se deu a criação do município de Novo Horizonte pela lei aprovada em 09 de janeiro de 1992 através da Lei Estadual nº 8530 e a instalação de Novo Horizonte deu-se em primeiro de janeiro de 1993, com a posse do primeiro prefeito municipal.

1.5 ASPECTOS GERAIS DE NOVO HORIZONTE

O município de Novo Horizonte tem uma superfície territorial de 151,4 km², distribuídos entre a área urbana e rural com 19 localidades no total. E tem uma população de aproximadamente 2902 habitantes. Sua economia é voltada quase que totalmente à agricultura de subsistência. Produz-se milho, feijão e outros produtos. Na pecuária, o gado de leite e de corte também tem expressivo valor, como também a suinocultura e avicultura, que são organizados no sistema de integração. No setor secundário, se destacam algumas atividades no gênero de madeira, confecções e comércio de gêneros básicos.

Com relação aos costumes dos moradores do município de Novo Horizonte pode-se perceber: em relação à religião, há várias igrejas, com suas respectivas crenças, mas ainda prevalece o catolicismo, onde há cultos todos os domingos em todas as comunidades e missas são celebrados somente uma vez por mês. Os batizados e casamentos são feitos pelos padres, como também pelos ministros das comunidades. As festas são feitas pelas comunidades em honra aos santos padroeiros das comunidades. Quanto ao lazer, há campeonatos de futebol promovidos pelo departamento Municipal de Esportes, envolvendo a cidade e o campo; também as comunidades promovem torneios de futebol envolvendo homens e mulheres; são promovidos bailes e festas para o povo se divertir e se reunir para manter a integração, que é fundamental para todos os sujeitos. Também é tradicionalmente realizada a festa de Santa Luzia, no mês de dezembro, em respeito ao nome dado ao nosso município quando este ainda era distrito. Essa festa é feita na sede do município; todos os anos é comemorada, no mês de janeiro, a semana do município, quando há uma programação tradicional, as olimpíadas rurais, onde são envolvidas todas as comunidades do município, com disputas de várias modalidades. Também há uma noite cultural, onde são feitas apresentações locais, como forma de valorizar a nossa cultura e os sujeitos que ali se apresentam: há apresentações de músicas, danças, karatê e peças teatrais. Na semana do

município, é feita uma mateada na praça da igreja, na sede do município, com bandas musicais. Ali é servido chimarrão, que é costume da maior parte da população do município e serve de lazer e encontro dos amigos (as), o que é um aspecto importante da cultura local.

No município de Novo Horizonte há duas escolas municipais ao todo; nestas escolas atuam onze (11) professores com especialização em Educação Infantil e Ensino Fundamental das séries iniciais, uma (1) orientadora educacional e 330 alunos. Esses alunos são de diversas comunidades e transportados para as escolas com dois carros da prefeitura municipal e outros carros terceirizados e pagos com recursos próprios e outros recursos do Estado.

1.6 DIAGNÓSTICO DA UNIDADE ESCOLAR

O Centro Educacional Novo Horizonte – CENHO está situado na Rodovia SC 468, km 83. O CENHO foi criado pelo decreto municipal nº 479/97 de 10.09.1997 para atender alunos pertencentes à zona rural do município, os quais passaram a freqüentar a escola no ano de 1998, em processo de Nucleação do Ensino Fundamental Municipal.

O processo de nucleação das dezoito escolas multiseriadas ocorreu como imposição do setor de educação da municipalidade, sob a alegação de que a LDB, como lei maior, fazia com que se fechassem as escolas multiseriadas, devido ao número reduzido de crianças. Essas crianças deveriam ser levadas para outras escolas maiores e agrupadas por série. Diante deste processo, houve muita resistência dos pais, que não queriam que os alunos deixassem a sua comunidade de origem e fossem levadas para outras comunidades, pois perderiam parte de sua identidade, principalmente as crianças que fossem levadas para estudar na cidade; talvez, hoje, essa possa ser uma das causas do êxodo rural, principalmente dos jovens. As crianças foram retiradas do campo para estudar, sendo afastadas do lugar da sua família e do trabalho. Esse afastamento produziu um rompimento temporal e espacial com o campo, local onde construíam seus sonhos e sua história, que contempla o meio de vivência e a cultura como o meio em que se formavam como seres emancipados, como sujeitos produtores de sua vida.

Atualmente, o Centro Educacional Novo Horizonte tem sete salas de aula e funciona no turno matutino e vespertino. Tem uma biblioteca com livros infantis, de pesquisa e aperfeiçoamento para os professores, que funciona também como sala de vídeo. Possui um refeitório para as crianças lancharem. A escola possui um laboratório de informática que atende aos alunos das escolas municipais e a comunidade em geral, tem aparelhos de som, dvd, TV, muitos brinquedos, um pátio grande, um parque, e um campo para as crianças praticarem educação física.

Na escola há uma horta onde as crianças podem plantar produtos que podem ajudar no enriquecimento da merenda escolar e na valorização do campo.

A Educação do Campo é um projeto popular que o povo brasileiro quer implantar e ao mesmo tempo um meio para fazê-lo acontecer. Essa educação deve ser específica e diferente, pois é um amplo processo de formação humana que constrói diferenças culturais e políticas onde os sujeitos passam a intervir, como sujeitos sociais visando a uma humanidade mais feliz e realizada lutando por seus direitos. (CALDART, 2002, p. 32)

A Educação do Campo pode ser compreendida como uma prática que envolve o conjunto de trabalhadores e trabalhadoras do campo, vinculados à vida e ao trabalho do meio rural.

A Educação do Campo nasceu colada ao trabalho e a cultura do campo. E não pode perder isso em seu projeto. A leitura dos seus processos produtivos e dos processos culturais formadores (ou deformadores) dos sujeitos do campo é tarefa fundamental da construção do projeto político pedagógico da Educação do Campo. (FERNANDES, 2004, p. 32)

Então, cabe também aos educadores repensar as suas práticas, e através da educação, ajudar a amenizar os problemas que o povo enfrenta no seu dia-a-dia, pois, como educadores, também somos responsáveis pela transformação, mesmo sabendo que há muitos fatores implicados nessa transformação.

No modelo capitalista há elementos fundamentais que a população do campo enfrenta, dentre estes o desenvolvimento desigual, nos diferentes produtos agrícolas e nas diferentes regiões, um processo excludente, motivo da atual migração campo cidade, maior concentração de propriedades e de renda, maior concentração urbana, desemprego e intensificação da violência, a mudança do perfil econômico e cultural da população do campo e a migração (FERNANDES, 1999, p. 60).

Outro problema que se destaca no campo é o analfabetismo, pois há pessoas que não chegam a ter acesso a este direito elementar: a leitura e a escrita. A problemática, então, se refere às dificuldades dos povos do campo no acesso aos

seus direitos, que é impedido pelas condições históricas vividas. Dentre essas problemáticas, destacamos o despreparo dos educadores, não por má vontade, mas por falta de programas de formação de professores, pois tanto nos cursos de magistério ou cursos superiores, não são tratadas questões específicas da realidade do campo. E isso precisa ser mudado.

A educação do campo deve formar e titular seus próprios educadores, articulando –os em torno de uma proposta de desenvolvimento do campo e de um projeto político – pedagógico libertador para a sua escola. A escola que forma os educadores / educadores deve assumir a identidade do campo e ajudar a construir a referência de uma nova pedagogia. (KOLLING, 1999, p. 83)

Diante desta realidade, em que a formação de professores não contempla a especificidade do campo, me propus a investigar essa realidade, desejando analisar como o Projeto Político Pedagógico, discutido e gestado coletivamente em uma escola do campo, o Centro Educacional Novo Horizonte, está sendo efetivado na prática pedagógica dos educadores desta escola, com especial atenção à 4ª série dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Assim, pode-se contribuir dando suporte aos educadores para que eles possam desenvolver as práticas de uma forma diferente, usando metodologias e implantando ações que abranjam a realidade e as necessidades dos educandos do Centro Educacional Novo Horizonte.

Em observações preliminares, podemos indicar que se percebe a ausência de relação entre a prática pedagógica efetivada com o que é proposto no PPP. No PPP são propostas ações relacionadas à Educação do Campo, como: trabalhar na sala de aula atividades diversificadas que correspondam à realidade do homem do campo, propondo novas perspectivas para que ele possa ver que existem outras maneiras de viver e não se conformar com a vida que tem, às vezes, sem dignidade, e mostrar que há outras possibilidades para viver.

[...] a escola precisa trabalhar a realidade e fazer a mediação para que o homem do campo saiba valorizar a sua identidade resgatando a sua cultura, os seus costumes, para que ele possa se valorizar e sentir orgulho de viver no campo, pois a escola do campo deve trabalhar o interesse desse povo. (PPP N. H.)

Por escola do campo:

[...] aquela que trabalha desde os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, nas suas diversas formas de trabalho e de organização, na sua dimensão de permanente processo, produzindo valores, conhecimentos e tecnologias na perspectiva do desenvolvimento social e econômico igualitário dessa população (KOLLING et. all, 1999, p. 63).

Diante do exposto, podemos dizer que o que é proposto nas escolas do campo pode contemplar ou não a realidade vivida pelos sujeitos que compõe a escola. No próximo capítulo, apresentaremos o PPP da escola em que realizamos a pesquisa de campo, no intuito de discutir, posteriormente, a relação entre o proposto no PPP e o efetivado na prática pedagógica docente em sala de aula.

2º CAPÍTULO

2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CENTRO EDUCACIONAL NOVO HORIZONTE

2.1 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Para que possamos fazer um bom trabalho resgatando e construindo novos conhecimentos da cultura dos povos do campo, como também do meio onde eles vivem, nas escolas, precisamos construir um instrumento orientador para os educadores, que é o Projeto Político Pedagógico das escolas municipais. Este Projeto Político Pedagógico foi discutido e concretizado pelos seus atores: pais, alunos, professores e lideranças políticas/sociais.

Sabe-se que o PPP é um instrumento que toda escola deveria conceber como uma referência para os educadores basearem o seu trabalho, inclusive na prática da sala de aula, pois como diz Veiga, “pensar o projeto político-pedagógico de uma escola é pensar a escola no conjunto e a sua função social. Se essa reflexão a respeito da escola for realizada de forma participativa por todas as pessoas nela envolvidos, certamente possibilitará a construção de um projeto de escola consistente e possível.” (VEIGA, 1997, p. 57)

A afirmação de Veiga é enfática no sentido de que o PPP deve ser construído por todos os envolvidos direta ou indiretamente na escola, para que ele tenha uma função importante e participativa, contemplando ações que respondam às necessidades e à realidade da escola. Dessa maneira, considera que:

Cabe ao projeto político-pedagógico da escola realizar essa tão necessária articulação do instituinte com o instituído, da vida concretamente vivida dia a dia com as condições sociais e materiais necessárias à continuidade das ações numa forma conjunturalmente possível. Projeto porque intencionalidade das perspectivas de atuação solidária. Projeto político porque se trata de opções fundamentalmente éticas assumidas pela concidadania responsável em amplo debate. Projeto pedagógico porque se deve gestar no entendimento compartilhado por todos os envolvidos com a atuação da escola, sobre como organizar e conduzir as práticas que levem à efetividade das aprendizagens pretendidas. (VEIGA 1995, p.146)

Veiga (1995) concebe o projeto político-pedagógico como o condutor e o organizador das práticas desenvolvidas pelos docentes no espaço educativo da sala de aula, para que se efetive a aprendizagem.

A escola, entretanto, só realiza suas funções e torna-se viva na mediação da docência em sala de aula, onde uma turma de alunos e uma equipe de professores fazem-se sujeitos/atores de seu ensinar e de seu aprender. Os alunos, com seus saberes da vida e sua experiência escolar pregressa; e os professores, além dos saberes da própria experiência vivida, com o saber organizado e sistematizada, sob a forma escolar em virtude dela, na cultura e nas ciências. Confrontam-se, assim, em revelação criadora, os saberes dos professores com a situação problematizadora dos alunos, uma força ativa interrogante. (VEIGA 1995, p.148 e 149)

Na reflexão da autora, percebe-se que o almejado é que a prática docente é necessária e efetuada com a dinâmica de envolvimento entre alunos e professores, em que há troca de experiências e é respeitada a diversidade e a realidade das crianças.

Concebendo o Projeto Político Pedagógico como uma direção para que os educadores possam se guiar e decidir os rumos da escola, da vida, da comunidade e outros, o Projeto Político Pedagógico do Centro Educacional Novo Horizonte aponta sua direção no Marco Referencial da escola:

O Marco Referencial é a tomada de posição da instituição que planeja em relação à sua identidade, visão de mundo, utopia, valores, objetivos, compromissos. Expressa o 'rumo', o horizonte, a direção que a instituição escolheu, fundamentado em elementos teóricos da filosofia, das ciências, da fé. Implica, portanto, opção e fundamentação (...) No Marco procuramos expressar o sentido do nosso trabalho e as grandes perspectivas para a caminhada. Tem como função maior tencionar a realidade no sentido da sua superação/ transformação e em termos metodológicos, fornecer parâmetros, critérios para a realização do diagnóstico. O Marco Referencial é composto de três grandes partes: Marco Situacional, Marco Filosófico e Marco Operativo. (VASCONCELLOS, 2006, p. 181)

Pode-se ver que o autor indica as partes de como deve ser composto o Projeto Político Pedagógico. O PPP do Centro Educacional Novo Horizonte contempla essas partes. Vejamos o que Vasconcellos nos propõe com referência ao Marco Situacional do PPP:

O Marco Situacional é um olhar do grupo que planeja sobre a realidade em geral: como a vê, quais seus traços marcantes, os sinais de vida e de morte. É, portanto, o momento da análise da realidade mais ampla na qual a instituição está inserida. É importante por situar, dar todo o pano de fundo, aos elementos estruturais que condicionam a instituição e seus agentes. Devemos enfatizar aqui que neste Marco o que se visa é uma visão geral da

realidade e não uma análise da instituição. (...) No entanto, temos de resgatar a contraditoriedade da realidade; perceber os aspectos positivos é fundamental, pois podem nos apontar caminhos e fortalecer a esperança. (VASCONCELLOS, 2006, p. 182 e 183)

No Marco Situacional do Projeto Político Pedagógico do Centro Educacional Novo Horizonte está proposto que:

No município de Novo Horizonte a educação tem um valor primordial. Evidencia-se a preocupação com a qualificação do processo ensino aprendizagem, razão pela qual desencadeamos juntamente com toda a comunidade educativa, a construção e viabilização do seu Projeto Político Pedagógico de forma participativa. (PPP Novo Horizonte)

Para Gandin (1999), a construção de um Projeto Político Pedagógico de forma participativa, no próprio processo de construção, desencadeia um olhar sobre a realidade que possibilitará uma reflexão sobre a realidade educacional vivenciada, pois, segundo ele:

O Projeto Político Pedagógico participativo tem, em sua concepção, uma grande contribuição, pois, insiste na definição e explicitação de uma visão de mundo do grupo que o implementa, faz com que este grupo promova um diagnóstico de sua realidade e, ao mesmo tempo, trace as etapas da operacionalização do projeto criado coletivamente. (GANDIN, 1999, p.86)

Conforme o autor nos coloca, o Projeto Político Pedagógico precisa ser construído coletivamente, com todos os envolvidos na escola, para que ele possa ser, sem dúvida, um instrumento eficaz para a escola. No PPP da escola podemos observar a intenção de promoção da participação de todos os atores do processo educativo para a sua elaboração, pois é afirmado que:

Concebendo a lógica conceitual desencadeada por Paulo Freire quando esse reitera que; "A prática é a melhor maneira de pensar certo", mobilizamos a comunidade escolar a sentir-se efetivamente parceira nesta construção. Após terem sido mobilizados os professores, foram também mobilizados os pais, sinalizando um processo de formação, mobilização e estudo a fim que estes pudessem compreender seu papel social, frente o processo educativo formal e informal.(PPP N H.)

Com a construção do Projeto Político Pedagógico, todos os envolvidos se engajam para buscar ações que provoquem o desenvolvimento da aprendizagem e para que este processo educativo esteja situado no espaço e no tempo e inserido no

contexto social, social e cultural para que o homem se construa como sujeito na busca de sua identidade, se relacionando com os outros e com o mundo.

Vasconcellos (2006) faz suas considerações referentes ao Marco Filosófico, que é mais uma parte do Projeto Político Pedagógico.

O Marco Filosófico corresponde à direção, ao horizonte maior, ao ideal geral da instituição. É a proposta de sociedade, pessoa e educação que o grupo assume. Aqui são expressas as grandes opções do grupo. Contém os critérios gerais de orientação da instituição. Como sabemos toda educação se baseia numa visão de homem e de sociedade. (VASCONCELLOS, 2006, p. 183)

O Projeto Político Pedagógico do Centro Educacional Novo Horizonte tem como filosofia:

1- Filosofia Educacional da Rede:

A educação, direito de todos, dever do Estado e da família, desenvolve-se na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, políticas e religiosas. Assumir esta prerrogativa legal significa comprometer-se com a formação de um sujeito cidadão, um sujeito capaz de transformar e deixar-se transformar visando sempre o bem comum. Um ser humano em processo de humanização permanente, crítico e reflexivo participe das elaborações sociais, culturais, éticas, políticas e morais da sua época. (PPP. Novo Horizonte)

Percebe-se o que o que está proposto no Projeto Político Pedagógico do Centro Educacional Novo Horizonte com referência à escola está relacionado com a Educação do Campo:

Compreender o lugar da escola na Educação do Campo é compreender o tipo de ser humano que ele precisa ajudar a formar e como pode contribuir com a formação dos novos sujeitos sociais que vêm se constituindo no campo de hoje. A escola precisa cumprir a sua vocação universal de ajudar no processo de humanização das pessoas e com tarefas específicas que pode assumir nesta perspectivas. Ao mesmo tempo é chamada a estar atenta às particularidades dos processos sociais do seu tempo histórico e ajudar na formação das novas gerações de trabalhadores e de militantes sociais. (CALDART, 2004, p. 37)

Para que a escola possa humanizar através da educação que se estabelece na escola, o educador precisa de suporte para se direcionar e tomar rumos para o

processo de ensino-aprendizagem. Então, a escola precisa ter o instrumento importante para se guiar, que é o Projeto Político Pedagógico.

O Projeto Político Pedagógico é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação. (VASCONCELLOS, 2006, p.169)

O Projeto Político Pedagógico serve para direcionar o trabalho efetivo no processo ensino-aprendizagem na prática educativa do educador; concebendo o homem como sujeito de sua própria história, ele constrói sua história se relacionando com o meio em que vive e com os outros seres, respeitando e convivendo com o diferente através da reflexão da realidade. Pois, nesse sentido, no Projeto Político Pedagógico de Novo Horizonte tem como concepção de homem e sociedade:

Ser humano sujeito em processo de humanização permanente. Produto e produtor da própria história, ser de relações capaz de viver em comunidade, que acredita ou deve acreditar, em suas capacidades humanas que educa e se educa enquanto vivencia o processo de ação-reflexão-ação. (PPP Novo Horizonte)

O desenvolvimento humano, portanto, se dá através das relações que os homens estabelecem com os outros seres humanos, assim sendo capazes de produzirem seus conhecimentos e interagirem com o meio em que vivem para poder conviver e refletir sobre o que está acontecendo e interferir no meio para se libertar.

Com referência à concepção de homem e de sociedade:

A teoria pedagógica historicamente surgiu para dar conta da intencionalidade da formação do ser humano capaz de ser construtor de um determinado projeto de sociedade. [...] E os processos de formação humana, a partir dos parâmetros de um ser humano concreto e historicamente situado. (CALDART, 2004, p. 22)

Para isso, os seres humanos precisam viver coletivamente, lutando pelos seus direitos para conquistar o seu espaço e construir uma sociedade mais digna, com justiça e transformação social, tendo a escola também como um dos espaços de humanização onde a educação é um fenômeno social, pois diz respeito aos indivíduos com suas relações com o meio natural e social:

A educação é mais do que tratar da presença de todas as pessoas na escola; é passar o olhar para o jeito de educar quem é sujeito deste direito, de modo a construir uma qualidade de educação que forme as pessoas como sujeitos de direitos, capazes de fazer a luta permanente pela sua conquista. (CALDART, 2004, p. 27)

A educação não se dá só na instituição escola, mas também, como, por exemplo, nos movimentos sociais, que levam os seres humanos a aprender a lutar e conquistar seus direitos.

Para que os educandos tenham argumentos para se defender frente às dificuldades, eles precisam estar se atualizando e tendo também o acompanhamento da escola. Então, os educadores devem planejar suas aulas conforme as necessidades dos educandos, visando sempre o seu desenvolvimento.

Planejamento é o processo que envolve a atuação concreta dos educadores no cotidiano do seu trabalho pedagógico, envolvendo todas as suas ações e situações, o tempo todo, envolvendo a permanente interação entre os educadores e entre os próprios educandos. (PADILHA, 2002, p.33)

Percebe-se, então, que o planejamento é importante para os educadores se guiarem e saberem o que fazer frente aos conteúdos a serem trabalhados com os educandos na sala de aula. Então, propomos conhecer como é feito o planejamento no Centro Educacional Novo Horizonte do Centro Educacional Novo Horizonte.

O planejamento coletivo é um processo que combina participação com divisão de tarefas. Quer dizer, não significa reunir todo mundo para planejar tudo, desde os objetivos da escola até a aula do dia seguinte. Significa, em outras palavras, organizar as instâncias de tomada de decisões. (PPP Novo Horizonte)

O Projeto Político Pedagógico do Centro Educacional contempla a participação de todos os envolvidos na escola. O planejamento coletivo é uma atividade que reflete as ações com participação de vários setores da escola, pois esse processo viabiliza uma análise maior para os problemas como para as soluções deles. Assim, os educadores podem decidir melhor a metodologia que poderão usar para planejar, os conteúdos trabalhados, incluindo desde a realidade, a cultura e todo conhecimento em transformação que garante a existência humana:

É tarefa específica de a escola ajudar a construir um ideário que oriente a vida das pessoas e inclui também as ferramentas culturais de uma leitura mais precisa da realidade em que vivem. E ajudar a construir uma visão de mundo significa em primeiro lugar fazer o inventário das concepções que educandos e educadores carregam em si; significa também enraizar as pessoas na história, para que se compreendem como parte de um processo histórico. E isso tudo para tornar consciente, explicitar, interpretar, questionar, organizar, firmar ou revisar idéias e convicções sobre o a história, sobre a realidade mais próxima, sobre si mesmos. (CALDART, 2004, p.41)

Observa-se que, na escola, os educadores precisam fazer seu planejamento coletivo contemplando aspectos importantes, como a cultura, a realidade, e as necessidades, assim, os educandos percebem suas contradições, seus impasses, seus valores, sua visão de mundo de um modo mais objetivo e amplo. Assim, percebe-se que, pelo Projeto Político Pedagógico do Centro Educacional Novo Horizonte, o planejamento e a metodologia usada está sendo feita coletivamente.

Os encaminhamentos estruturais, organizacionais e ou metodológicos utilizados no processo educativo devem fornecer um lastro de referências, isto é uma base de conhecimentos e competências possíveis de serem constituídas em atividades reais, tanto no plano individual quanto coletivo. (PPP Novo Horizonte)

O Projeto Político Pedagógico do Centro Educacional Novo Horizonte, onde foi realizada a pesquisa, mostra que os educadores devem usar metodologias que possam contemplar as necessidades e os anseios das crianças quanto à realidade que cada um ou uma vive.

Um projeto será tanto melhor quanto mais estiver articulado à realidade dos educandos, à essência significativa da área do saber, aos outros educadores (trabalho interdisciplinar) e à realidade social mais geral. A elaboração do projeto é também um processo de construção de conhecimento para os sujeitos que participam desta tarefa. É, portanto, semelhante a uma aprendizagem: se for bem feita, interioriza-se e passa a fazer parte de pessoa. (VASCONCELLOS, 2006, p. 103)

Cabe aos educadores trabalhar de uma forma que contemple a realidade dos educandos, para que eles possam construir o seu próprio conhecimento, incluindo no currículo da escola conteúdos que superem as necessidades dos educandos, como está proposto no Projeto Político do Centro Educacional Novo Horizonte:

A necessidade inicial, de optar-se pelo projeto (metodológico), como alternativa de organização do ato de ensinar e aprender, impulsionado pela

pesquisa e pleno planejamento grupal ou coletivo, decorre de algumas preocupações educacionais que emergem do processo de globalização, econômica, social, política, ética, religiosa, etc. Diante destas necessidades entende-se necessária uma revisão urgente e imediata nos fundamentos da prática pedagógica envidada, através de uma aproximação com o campo do currículo (currículo, este entendido como vida, necessidade de sobrevivência).

O currículo das escolas também deve estar de acordo com a realidade das crianças do campo para que elas possam ser valorizadas como seres emancipadores:

O currículo é o jeito de organizar o processo educativo na escola. É diferente, portanto, organizar uma escola entendendo-a como um mero local de transmissão de conhecimentos ou teóricos ou como um verdadeiro centro de formação humana. (...) É preciso rever os espaços que têm constituído o dia-a dia de nossas escolas, é preciso pensar em um ambiente educativo que combine múltiplas atividades voltadas a diversas dimensões de formação da pessoa; aprender a transformar informações em conhecimentos ou em posturas diante de determinadas situações da vida. Mas, tendo presente a realidade atual do campo, quer-se enfatizar também a importância da escola como fonte de informações, atualizadas e diversificadas para as comunidades do campo, como forma concreta de contribuir para o seu desenvolvimento. (KOLLING et. All, 1999, p. 67 e 68)

A partir de Kolling (1999), pode-se dizer que o Projeto Político Pedagógico do Centro Educacional Novo Horizonte apresenta uma proposta de currículo para a escola que se aproxima da discussão relativa à Educação do Campo. Ainda no PPP em análise, podemos dizer que ele propõe ações relacionadas à realidade e às necessidades dos educandos do campo. Contudo, uma prática pedagógica adequada e comprometida com a educação que almejamos, que é a educação do e no campo, requer uma complexidade de ações que permita aos educandos a apropriação dos conhecimentos que lhes possibilitem intervir na realidade.

Para responder à questão dessa pesquisa, qual seja, a relação entre o proposto no PPP e a prática pedagógica desenvolvida, procederei no próximo capítulo a explicitação da prática pedagógica desenvolvida junto à 4ª série dos anos iniciais do Ensino fundamental no Centro Educacional Novo Horizonte, bem como a análise da relação entre o proposto e o efetivado.

3 A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO CENTRO EDUCACIONAL NOVO HORIZONTE

3.1 CONCEITUANDO PRÁTICA PEDAGÓGICA

Ao questionar a relação entre o proposto no Projeto Político Pedagógico do Centro Educacional Novo Horizonte e a prática pedagógica efetivada, desejando compreender se esta relação existe ou não, é necessário que conceituar o que entendemos por prática pedagógica, que poderá ser também nomeada como prática educativa ou docente, bem como delimitar quais os elementos que serão analisados. Discutir a prática docente nos permite compreender que:

[...] A prática docente não é apenas um objeto de saber das ciências da educação, ela é também uma atividade que mobiliza diversos saberes que podem ser chamados de pedagógicos. Os saberes pedagógicos apresentam-se como doutrinas ou concepções provenientes de reflexões sobre a prática educativa no sentido amplo do termo, reflexões racionais e normativas que conduzem a sistemas mais ou menos coerentes de representação e de orientação da atividade educativa. (TARDIF, 2002, p. 37)

No entendimento do autor, os educadores, ao atuarem, mobilizam diferentes saberes, que possibilitam reflexões que orientam a atividade educativa. Atividade esta que pode levar os educandos a perceber, entender e recriar o meio em que vivem ou não.

A prática pedagógica é um dos elementos que pode contribuir para uma formação dos educandos, que os emancipe ou que os mantenha como sujeitos com dificuldades de intervenção e participação no meio em que vivem. Contudo, a prática pedagógica desenvolvida pelos educadores é apreendida e efetivada a partir de sua formação como educadores. A formação dos educadores não é unilateral, mas:

[...] envolve um duplo processo; o de auto-formação dos professores, a partir da reelaboração constante dos saberes que realizam em sua prática, confrontando suas experiências nos contextos escolares; e o de formação nas instituições onde atuam. (PIMENTA, 2005, p. 30)

Na prática docente, os educadores colocam diferentes saberes em relação, tais como, o saber da academia, da prática docente, composta pelas experiências dos colegas e antigos professores, e, também dos documentos, entre outros elementos complexos que constituem a formação dos educadores, pois, "o trabalho docente constrói-se e transforma-se no cotidiano da vida social; como prática, visa à transformação de uma realidade, a partir das necessidades práticas do homem social." (PIMENTA, 2005, p. 40)

Dessa maneira, os educadores realizam seu trabalho e interagem com os educandos através das práticas desenvolvidas no contexto escolar e nas situações em que eles estão inseridos.

O professor, na sua heterogeneidade de seu trabalho, está sempre diante de situações complexas para as quais deve encontrar respostas, e estas, repetitivas ou criativas, dependem de sua capacidade e habilidade de leitura da realidade e também, do contexto, pois pode facilitar e/ou dificultar a sua prática. (PIMENTA, 2005, p.46)

Compreendo que a prática dos educadores na escola depende de como eles interpretam a realidade vivida, não somente na escola, mas também em outros espaços vividos e outras possibilidades enfrentadas, pois, "a escola está no campo de luta, mas não é o principal, ou seja, ela é um instrumento de luta, porque o trabalho educativo é essencialmente político, [...] que permitirá a transformação social ou a emancipação." (PIMENTA, 2005, p. 80)

Em nossas observações, percebemos grande esforço dos educadores em qualificar a sua prática pedagógica, o que ficou evidenciado pelo tempo dedicado à preparação das atividades e por demonstrarem preocupação em estabelecer relações com a proposta do PPP. Contudo, há vários fatores que interferem na prática docente, como a tensão vivida na definição dos conteúdos a serem trabalhados, o que muitas vezes os leva aceitar os conteúdos socialmente impostos. Há fatores que contribuem nessa fragilização da ação docente, elementos como a falta de conhecimento, a formação desvinculada do campo social, a maneira de como o sujeito foi educado e outros fatores, que interferem na docência, e, conseqüentemente, na relação de ensino e aprendizagem, principalmente

dificultando o modo de como compreender os sujeitos e a individualidade de cada um dos educandos.

A Secretaria de Educação oferece formação continuada, com cursos variados que contemplem os anseios e a vivência da realidade dos educadores e educandos. Assim, os educadores têm a oportunidade e é claro os educadores revelam interesse em participar, trabalhar e trocar experiências coletivamente.

[...] A prática educativa, na escola, deve primar pelas relações de solidariedade, proporcionar situações que lhes dêem prazer de construir conhecimento, de crescer junto com o outro. Não há mais espaço para uma educação individualista, quer seja do ponto de vista do aluno ou do professor. A educação hoje está centrada na relação sujeito-meio, na dinâmica das trocas de ação que viabilizam a formação da personalidade que fortalecem enquanto co-participantes de um grupo e como produtos do seu saber. (KULLOK, 2002, p. 62)

Na escola, o educador, ao desenvolver a sua prática educativa, trabalha de forma diversificada, proporcionando aos educandos subsídios e meios para que se desenvolvam e possam trabalhar coletivamente, tendo espaço para se expressar, sugerir e interferir diante de suas necessidades e a realidade vivida.

Proporcione todo tipo de recursos que possam dar aos alunos as experiências relevantes às suas necessidades de aprendizagem (livros, artigos, espaço para trabalhar, pesquisas e outros) (...) Incentivo à troca de experiências entre pares, onde eles passam se alternar no papel de facilitar a aprendizagem do outro. (KULLOK, 2002, p.73)

Na sala de aula, os educandos revelam uma aprendizagem efetiva porque os educadores propõem diversos recursos e incentivam os educandos para que eles possam se sentir bem na sala de aula e se envolver com o outro, para que haja troca de experiências, socialização, afetividade e busca de conhecimento para a transformação. Esses fatores são importantes na vida dos educandos, pois interferem no aprendizado de cada um.

[...] Fica evidente a importância que tem para nós, o conhecimento da afetividade, quer seja através das emoções, da força motora das ações, dos desejos da transferência. Estes alguns caminhos para o melhor desenvolvimento da aprendizagem do aluno e, conseqüentemente, para uma melhor relação entre este e o professor. Significa, portanto, que toda prática pedagógica deve, atenta e constantemente, buscar a qualidade das suas relações, valorizando os aspectos afetivos, sociais e cognitivos, integrando-os enquanto elementos fundamentais no desenvolvimento da criança como um todo. (KULLOK, 2002, p. 72)

Na prática pedagógica são trabalhados, respeitados e associados os aspectos afetivos, sociais e cognitivos entre educadores e educandos na sala de aula, pois esses aspectos são essenciais a todos os seres humanos para que os mesmos se sintam bem e possam se desenvolver e viver coletivamente.

Na pesquisa de campo no Centro Educacional Novo Horizonte, observei a prática do professor na sala de aula na turma da 4ª série no turno matutino com 17 educandos, com o objetivo de investigar a relação entre as práticas docentes e o proposto no PPP da escola Centro Educacional Novo Horizonte. Para responder a esta questão, selecionei três elementos pertinentes às disciplinas escolares, para assim possibilitar uma coleta de dados mais significativa. Elegi como eixos e/ou elementos de observação os conteúdos, a metodologia e a avaliação como componentes das disciplinas escolares. Por disciplina escolar, entendemos como Chervel (1999, p. 200), um “[...] vasto conjunto cultural amplamente original que ela secretou ao longo de decênios ou séculos e que funciona como uma mediação posta a serviço da juventude escolar em sua lenta progressão em direção à cultura da sociedade global”.

No Centro Educacional de Novo Horizonte, onde realizei a pesquisa de campo, parece que há uma predominância em trabalhar segundo uma tradição do saber escolar, em que os conteúdos, as metodologias e a avaliação passam de geração para geração. A mudança aparece como um complicador da prática docente. Os educadores manifestam certa insegurança e mudar a sua prática, pois os pais dos educandos e educadores foram educados dessa maneira; mas essa visão vai mudar a partir do momento em que os educadores trabalharem nas escolas de uma forma que contemple a realidade vivida pelos educandos, mesmo sendo trabalhados os conteúdos dentro das disciplinas escolares que têm diversos componentes importantes que possibilitam maior aprendizagem dos educandos.

Dos diversos componentes de uma disciplina escolar, o primeiro na ordem cronológica, senão na ordem de importância, é a exposição pelo professor ou pelo manual de um conteúdo de conhecimentos. É esse componente que chama prioritariamente a atenção, pois é ele que a distingue de todas as modalidades não escolares de aprendizagem, as da família ou da sociedade. (CHERVEL, 1999, p. 202)

No Centro Educacional Novo Horizonte, os docentes desenvolvem o trabalho por disciplinas e dentro dessas disciplinas escolares são trabalhados os conteúdos

ou não que estão propostos no PPP. Abaixo, estão especificados os conteúdos a serem trabalhados no primeiro semestre do ano de 2007.

Quadro 1: Disciplinas e conteúdos proposto no Projeto Político Pedagógico da Escola.

Disciplinas	Conteúdos
Artes	• Construções com sucatas; • Recorte e colagem; • Montagem; • Modelagem; • Desenhos livres e dirigidos; • Técnicas de pintura.
Ciências	• O ar (sua composição e importância); • A água (estados físicos, mudanças de estado, purificação da água); • O solo (sua formação, composição e destruição (erosão), cuidados com o solo, tipos de solo, agrotóxicos, doenças causadas através do solo, correção e adubação do solo para o plantio, consequências das queimadas, do desmatamento e da monocultura); • Os recursos naturais; • A terra em que vivemos.
Educação Física	• Socialização; • Esquema corporal; • Executar exercícios naturais em forma dinâmica com e sem deslocamentos, com e sem elementos, com e sem aparelhos, com mudanças de direção, com ritmo, com giros e saltos; • Executar movimentos básicos de jogos pré-desportivos; • Executar formas elementares de jogo; • Dramatizações e recreação.
Geografia	• O Município • Compreender como acontece a interação entre as regiões urbanas e rurais no Estado; • Distinguir as semelhanças e as diferenças entre os modos de vida nas cidades e no campo; • Utilização das tecnologias no campo e na cidade, considerando os benefícios e os prejuízos; • As ações do homem na atualidade e as consequências para a natureza.
História	• Formação do povo brasileiro; • História do Município; • Datas comemorativas; • Grupos sociais; • Direitos e deveres.
Informática	• Produção de textos • Jogos Matemáticos e de escrita:

	• Cópia e criação de textos; • Uso do Paint para fazer desenho; • Jogos de recreação
Inglês	• Revisão cores e numerais de 01 a 50; • Dias da semana; • Meses do ano; • Respostas afirmativas e negativas; • Pronomes (this, e that); • Horas; • Artigos “a” “e” “an”
Língua Portuguesa	• Leitura de textos e livros; • Estudo dos vocabulários; • Interpretações de leituras orais e escritas; • Elaboração de textos; • Ortografia: • Classificação silábica; encontros consonantais; encontros vocálicos (hiato, ditongo e tritongo); sílaba tônica; Interjeições; Adjetivos; Sujeito e predicado; Sinônimos e antônimos; Artigos (definidos e indefinidos); Pontuações; Acentuação; Advérbios (modo – intensidade - tempo e lugar); Tipos de frases; • Substantivos: Simples e composto; Coletivos; primitivos e derivados; Concretos e abstratos; Próprios e comuns; Masculino e feminino; Singular e plural;
Matemática	• Sistema de numeração decimal – até centena de milhar (ordens e classes, números ordinais, números romanos); • Operações com números naturais (adição, subtração, multiplicação, divisão, cálculo mental, problemas, expressões numéricas, prova real); • Resolução de problemas matemáticos de acordo com a realidade da criança do campo, envolvendo as quatro operações (adição, subtração multiplicação e divisão). • Número e numeral (número natural, valor relativo e absoluto, sistema de numeração até a 9ª ordem, pares e ímpares, sucessor e antecessor, igualdade e desigualdade, desigualdade – maior que, menor que); • Números racionais e sua representação fracionária.

Fonte: PPP do Centro Educacional Novo Horizonte

Ao realizar nossa pesquisa de campo, observamos os conteúdos desenvolvidos em aula a partir dos cadernos das crianças da quarta série do Ensino Fundamental trabalhados no primeiro semestre do ano de 2007. Seguem abaixo os conteúdos desenvolvidos:

Quadro 2: Disciplinas e conteúdos desenvolvidos com os alunos da 4ª série.

Língua Portuguesa		• Leitura de textos e livros de histórias; • Interpretação de textos tanto orais como escritas; • Produção de textos referentes datas comemorativas (dia de mães, páscoa etc) usando a criatividade; • Reestruturação de textos; • Ortografia; • Encontros vocálicos e consonantais (hiato, ditongo e tritongo); • Sílabas tônicas; • Sinônimos e antônimos; • Substantivos: Simples e composto; Coletivos; primitivos e derivados; Concretos e abstratos; Próprios e comuns; Masculino e feminino; Singular e plural.
Geografia		• O Município; • A interação entre as regiões urbanas e rurais no Estado; • As semelhanças e as diferenças entre os modos de vida nas cidades e no campo; • As ações do homem na atualidade e as conseqüências para a natureza; • Utilização das tecnologias no campo considerando os prejuízos e as ações do homem.
História		• Formação do povo brasileiro; • História do Município envolvendo aspectos do passado e presente; • História das datas comemorativas como: dia da páscoa, mães, dia de índio, festas juninas e outros.
Inglês		• Revisão cores e numerais de 01 a 50; • Dias da semana; • Meses do ano; • Horas

Informática	• Produção de textos; • Jogos Matemáticos e de escrita; • Cópia e criação de textos; • Jogos para concentração, atenção entre outros.
Artes	• Construções com sucatas; • Recorte e colagem; • Desenhos livres e dirigidos; • Técnicas de pintura; • Trabalhos de pintura, desenhos, colagens e murais referentes às datas comemorativas.
Educação física	• Esquema corporal; • Direção, com ritmo, com giros e saltos; • Movimentos básicos de jogos pré-desportivos; • Dramatizações e recreação.

Fonte: caderno dos alunos da 4ª série

Com relação aos conteúdos trabalhados na turma da quarta série no primeiro semestre deste ano, percebe-se que estão contemplados no PPP, mas percebe-se que esses conteúdos não estão sendo trabalhados de uma forma que os educandos possam relacioná-los com a realidade em que vivem:

Os conteúdos dos conhecimentos transmitidos nas escolas do campo, criação do "mundo urbano", não levam em conta noções, conhecimentos e percepções diferentes daquelas produzidas a partir de relações tipicamente capitalistas. O saber camponês é negado pela escola, e esta, inteiramente alienada da vida local, fala de uma comunidade idealizada. (Paoli, 1991, p. 36)

Sabe-se que os conteúdos são importantes, pois os educandos se agregam dos conteúdos para aprender e entender o mundo e ver a transformação, por isso é importante trabalhar os conteúdos relacionados com a realidade de cada um; para que os educandos possam se apropriar desses conteúdos, como diz Freire, "é na realidade mediatizadora, na consciência que dela tenhamos, educadores e povo, que iremos buscar o conteúdo programático da educação". (1987, p. 87)

Sabemos que trabalhando, partindo da realidade com os educandos, os educadores estão conscientizando e ajudando os educandos a buscar conhecimento novo e ampliado para que eles possam conhecer melhor seus direitos e deveres para ter coragem de se defender no dia-a-dia.

Os conteúdos trabalhados com os educandos devem ser conteúdos que eles possam relacioná-los com a realidade, pois cada um tem a sua capacidade de apropriar-se deles. Mas para que cada educando se aproprie dos conhecimentos, os educadores devem trabalhar atividades relevantes, relacionadas aos conteúdos e à realidade para que cada um possa instruir e buscar a aprendizagem conforme o que se trabalha na sala de aula.

Se os conteúdos explícitos constituem o eixo central da disciplina ensinada, o exercício é a contrapartida quase indispensável. A inversão momentânea dos papéis entre o professor e o aluno constitui o elemento fundamental desse interminável diálogo de gerações que se opera no interior da escola. Sem o exercício e seu controle, não há fixação possível de uma disciplina. (CHERVEL, 1990, p. 204)

O autor afirma que para o educando fixar o que aprende nas disciplinas o educador precisa dialogar e manter um controle nos exercícios que propõe aos educandos. Ao observar por cinco dias a turma da quarta série do Centro Educacional em efetivo trabalho, selecionei para análise três aulas com as disciplinas de português, matemática e ciências. Ao optar pela exposição e análise dos dados, selecionei apenas três atividades desenvolvidas, bem como a metodologia utilizada, dentre todas as aulas que assisti, objetivando analisar a relação existente entre o proposto no PPP e o efetivado em sala.

Atividade 01

Disciplina: Português

Conteúdo: Leitura e interpretação de texto

Após o sinal de entrada para sala de aula, os educadores e os educandos foram para a sala. A educadora deu as boas vindas aos educandos e perguntou como eles estavam. Os educandos em coro responderam: "Estamos bem professora". Ela respondeu: Muito bem crianças, agora vamos iniciar a nossa aula de português com um texto. Então, a educanda Maria perguntou: Onde está o texto?

Como primeira atividade, a professora disse: Eu vou dar um texto impresso para vocês que tem como título *A Menina Arco-Íris*. A educadora entregou o texto e falou para que os educandos lessem o texto em silêncio, individualmente, e depois perguntou quem queria ler em voz alta.

A Menina Arco – Íris.

Na aldeia do vale, o alarido dos pássaros chegou
ao ouvido do pintor de paredes,

Que derrubou a lata de cal
Que rolou aos pés da lavadeira
Que largou os lençóis no varal
Que caíram na poeira – talco
Que assustaram o varredor
Que soltou a vassoura
Que despertou a rendeira
Que bateu a porta
Que assombrou a doceira
Que derrubou a farinha
Que sujou a pipoqueira
Que tocou a sineta
Que avisou o moleiro
Que parou o moinho
Que soltou seu apito
Que alertou o leiteiro
Que saiu correndo

Com toda a gente branca da aldeia-branca, deixando só o imaculado poeta, que afinal também largou pena e folha na mesa branca e correu atrás dos outros para ver que alegria tão grande era aquela.

Quando o poeta chegou, ao redor de Virgínia tudo era cor.

Para lá de Virgínia tudo era branco. Cada um tinha seu pedacinho colorido para avivar alguma coisa. Mas faltava o principal.

Então ele pediu uma mecha dos cabelos de ouro de Virgínia, enrolou o cacho na ponta do dedo. De um só gesto, espetou o anel brilhante no céu azul.

E o sol brilhou. (COLASANTI, 1987, p. 30).

Em seguida, as crianças leram o texto individualmente e somente duas meninas quiseram ler em voz alta. Então, a professora perguntou para as crianças se gostaram do texto. Todos responderam que “sim”. A professora fez várias perguntas para as crianças responderem oralmente, relacionadas ao entendimento do texto lido como: “O que aconteceu na aldeia?” Ana respondeu: “O alarido dos pássaros”. Neste momento, a professora explicou que “alarido era o cantar dos pássaros”.

Outra pergunta: “Como era o cabelo de Virginia?” Luan respondeu: “Era de ouro”. “Parabéns, disse a professora, e continuou dizendo: Agora vocês peguem o caderno de português para fazer uma atividade relacionada ao texto.” Então,

escreveu no quadro: Retire do texto as palavras que rimam e escrevam no seu caderno.

As crianças copiaram do quadro, mas José disse para a professora: “Eu não sei o que é rima.” Então a professora disse para todos: “Crianças, rima são palavras que terminam com o mesmo som, por exemplo: cal com varal.”

Assim, as crianças continuaram a escrever, todos terminaram e a correção foi realizada no quadro. A professora disse: “Olhem, no texto, nós temos a palavra lavadeira, rima com... “Doceira”, disse: Vando. Temos moleiro rima, com... “Pipoqueiro, diz Carla”, e Dani diz: “Com leiteiro.” “Muito bem, crianças, guardem o texto e agora vamos fazer outra atividade.”

A professora entregou para cada educando uma folha xerocada, onde havia todos os tipos de substantivos, como: primitivos, derivados e outros, e explicou que substantivo primitivo é aquele que forma outros substantivos. Exemplos: livro, ferro, pedra.

O substantivo derivado é aquele que se forma de outra palavra. Exemplos: livreiro (de livro), ferreiro (de ferro). Explicou também como é usado e onde são usados.

Após as explicações, a professora perguntou se entenderam o que são substantivos e todas as crianças disseram que entenderam sim. E como estava no final da aula, disse que ia passar atividade para o tema de casa no quadro negro: Classifique os seguintes substantivos em primitivos e compostos. Palavras no caderno com substantivos primitivos ou derivados.

- a) pedra
- b) livraria
- c) ferro
- d) carvoeira

Atividade 02

Disciplina: Matemática

Conteúdo: Adição e subtração.

Na aula de matemática, a professora solicitou para as crianças pegarem o caderno de matemática e copiem do quadro negro os problemas que envolvem a adição e subtração.

- 1) Antônio foi numa indústria de automóvel e comprou 1879 carros e 598 motos. Quantos automóveis Antônio comprou ao todo?
- 2) Carlos ganhou de sua mãe 165 balões e de seu irmão 97 balões, mas estoraram 65 balões. Quantos balões Carlos ainda tem?
- 3) Carolina nasceu em 1995. Em que ano ela fará 22 anos?
- 4) Rafael tem 9 anos. Quantos anos ele terá daqui a 15 anos?

Os educandos leram os diversos problemas e tentaram resolvê-los, mas alguns não conseguiram, talvez porque o conteúdo desses problemas não tivesse relação com a sua realidade. Então, esses problemas foram corrigidos no quadro coletivamente.

Atividade 03

Disciplina: Ciências

Conteúdo: Tipos de solo

Na aula de ciências a professora entregou uma folha xerocada, contendo um texto sobre o solo e falou para as crianças lerem o texto individualmente, em silêncio, para depois comentar o texto lido:

O Solo

O nosso planeta, encoberto de ar, cortado por águas e rochas, possui também o solo.

O solo é a camada mais superficial da crosta terrestre.

Como você pode ver, a crosta terrestre é formada por rochas. Com o calor do sol, o vento e as águas da chuva, dos rios e dos mares, as rochas foram pouco a pouco se quebrando, transformando-se em pequenos pedaços. Com o tempo, esses pedacinhos de pedra transformaram-se em areia, que foi se juntando aos restos de vegetais e animais mortos formando assim o solo.

Há quatro tipos de solo:

Solo Humoso: É a camada mais superficial do solo, chamada húmus ou humo. É uma terra escura, formada de restos de animais e vegetais em decomposição. É o tipo de solo mais fértil que existe, e por isso é usado como adubo para o solo desgastado.

Solo Argiloso: É uma terra fofa e macia, constituída por partículas. Esse tipo de solo retém água com facilidade. A argila misturada com água, forma uma massa moldável, que é usada para fabricar tijolos, pratos, azulejos, etc. Os escultores também a utilizam para fazer objetos de arte.

Solo Arenoso: É um tipo de solo não muito fértil. O solo arenoso é muito seco, porque a areia é permeável, deixando passar com facilidade a água das chuvas. A areia é usada na fabricação de vidro, de massa para construção e de concreto.

Solo Calcário: É um tipo muito útil, rico em carbonato de cálcio. Essa substância torna o solo permeável e, por isso, ele é seco. O calcário é muito encontrado no Brasil. Ele é usado na fabricação de cimento, de cal usada nas massas de construção, de giz, etc. (Rodrigues, 2001, p. 47).

Todas as crianças leram o texto em silêncio, depois em voz alta, e em seguida a professora explicou todo o texto e deu exemplos oralmente para que as crianças entendessem com mais facilidade; perguntou para as crianças se haviam entendido o conteúdo. Algumas disseram que sim, outras não falaram. Então, professora passou no quadro 3 perguntas relacionadas ao texto estudado para que elas respondessem no seu caderno:

- a) Do que é formada a crosta terrestre?
- b) Do que é formado o solo?
- c) Quais são os quatro tipos de solo?

A professora deixou um tempo para que as crianças fizessem a atividade. Após terem as terem feito, a professora escreveu as respostas no quadro com a ajuda das crianças e solicitou para lessem novamente o texto em casa para continuar trabalhando na próxima aula, que seria na próxima semana.

Ao desenvolver a atividade um, podemos inferir que os conteúdos propostos no PPP foram desenvolvidos. São eles leitura de texto, interpretação de texto e foram trabalhados os substantivos.

Com relação às atividades propostas na aula assistida e acima descrita, percebe-se que não há o estabelecimento de uma relação do conteúdo com a realidade das crianças do campo.

Sabe-se que se os conteúdos não estão relacionados com a realidade, as dificuldades de aprendizagem das crianças podem ser maiores, pois os conteúdos que não estão voltados à realidade dos educandos não se tornam significativos para elas.

Na Educação do Campo é preciso refletir como se ajuda a construir desde a infância uma visão de mundo crítico e histórico; como se aprende e como se ensina nas diferentes fases da vida a olhar para a realidade enxergando seu movimento, sua historicidade e as relações que existem entre uma coisa e outra; como se aprende e como se ensina a tomar posição diante das questões do seu tempo [...]. (FERNANDES, 2004, p. 36)

Propor às crianças atividades relacionadas à realidade, amplia os conhecimentos e faz com que as crianças possam relacionar a realidade com o que estão aprendendo de uma forma mais significativa. Assim, cada criança amplia seu conhecimento e, com certeza, poderão ter uma visão de mundo de uma forma diferente.

Na atividade um, quando fala da beleza das cores, a professora poderia tomar a realidade local como contexto para assim fazer uma leitura da realidade, refletindo com os alunos as questões da preservação das cores, a partir do respeito à natureza e ao meio ambiente: que cores temos no lugar em que vivemos, porque existem essas e não outras, sempre foi assim, como era o passado, como ficou agora; e o arco-íris, alguém já viu, quando ele aparece; o que é aldeia, como é o lugar em que vivemos, como ele é chamado, é aldeia, é comunidade, o que é cada um desses nomes? Ou seja, não há um conteúdo específico para cada realidade, mas, a contextualização e problematização é que fazem a criança despertar para as problemáticas do campo, gostar do lugar em que vive, avançar na sua emancipação.

A metodologia que os educadores usam para trabalhar os conteúdos, as atividades podem ser diferenciadas, possibilitando que as crianças tenham gosto pela escola e a aprendizagem de diferentes saberes.

[...] Há saberes de diferentes tipos e naturezas, que também são diferentes os processos de sua apropriação e produção. Há saberes que se constituem em idéias, outros em posturas e comportamentos, outros em habilidades, o que implica em metodologias e didáticas igualmente diferenciadas. (FERNANDES, 2004, p. 47)

Podemos afirmar que a metodologia é importante para cada atividade proposta pelos educadores, pois podemos usar materiais diversificados para trabalhar com as crianças no seu contexto e formas diferenciadas que os educandos

possam ter liberdade em se expressar e contribuir com a troca de experiências e conhecimentos entre os educandos. Assim, possibilitaremos que as crianças tenham mais estímulo para aprender e se dedicar aos estudos, tendo maior aprendizagem:

O estudo das disciplinas, conteúdos e exercícios, mostra que as práticas de estimulação do interesse do aluno estão constantemente em ação nos arranjos mínimos ou importantes que eles sofrem. Toda inovação, todo novo método chama atenção dos mestres por uma maior facilidade, um interesse mais manifesto entre os alunos, o novo gosto que eles vão encontrar ao fazer os exercícios, a maior modernidade dos textos que se lhes submete. (CHERVEL, 1999, p. 205)

É importante que os educadores conheçam e dominem de uma forma adequada os conteúdos das disciplinas para que eles possam trabalhar de forma segura e estimulante os conteúdos relacionados à realidade e às necessidades dos educandos.

Diante do exposto, observamos que os conteúdos trabalhados na sala de aula com a turma da 4ª têm uma relação com o que está proposto no PPP.

É necessário que todos os atores do processo educativo, como participantes sociais, se comprometam de forma articulada auxiliando o desenvolvimento de práticas educativas pautadas em interesses emancipatórios, as quais facultem aos educandos a possibilidade de criticar e intervir nos arranjos sociais. Todos os conteúdos escolares devem nascer de necessidades sociais e sócio-educativas, isto significa que precisam estar vinculados as necessidades concretas a vida dos sujeitos aos quais são apresentados. Essa afirmação põe em xeque os conteúdos formais definidos pelo currículo escolar, na maioria das vezes desarticuladas de toda e qualquer necessidade humana, quanto menos Cidadã. (PPP NH)

Paulo Freire defende a escola enquanto espaço de produção e saber, na qual o educador deve discutir, organizar e produzir sua prática pedagógica, junto aos educandos e aos demais educadores, através de um processo amplo de discussões e decisões vinculadas “a vida junto aos quais se define.” (FREIRE, 1987, p. 65)

Percebe-se que os conteúdos trabalhados pela educadora da quarta série nos dias em que eu estava fazendo a observação estão propostos no PPP, mas não estão relacionados à realidade, como, por exemplo, os problemas matemáticos trabalhados não estão ligados com os cálculos que os educandos vivenciam no seu cotidiano, assim como os cálculos que vivenciam com seus pais sobre a venda do leite, dos custos da produção de leite, a produção de produtos agrícolas, da semente

do milho, das despesas para produção e o lucro obtido, e o gasto da família para sobreviver etc.

Também na atividade relacionada ao solo, a educadora trabalhou mais oralmente e não relacionado à vivência dos educandos; esse conteúdo está proposto no PPP, porém, deveria estar relacionado ao solo do nosso município, fazendo pesquisas na realidade vivida, ver como é o tipo de solo de cada propriedade dos educandos, como é adubado o solo na sua casa: adubo químico ou orgânico, que tipo de produtos o solo do município produz no geral? Assim, os educadores, juntamente com os educandos, fazem uma reflexão mais aprofundada sobre o que acontece com os elementos propostos e os conteúdos trabalhados na escola e como se dá a relação com a realidade vivida dos educandos.

É tarefa específica da escola ajudar a construir um ideário que orienta a vida das pessoas e inclui também as ferramentas culturais de uma leitura mais precisa da realidade em que vivem. E ajudar a construir uma visão de mundo significa em primeiro lugar fazer o inventário das concepções que educandos e educadores carregam em si; significa também enraizar as pessoas na história, para que se compreendam como parte de um processo histórico. E isso tudo para tornar consciente, explicitar, interpretar, questionar, organizar, firmar ou revisar idéias e convicções sobre o mundo, sobre a história, sobre a realidade mais próxima, sobre si mesmos. (FERNANDES, 2004, p. 41)

Para que a escola possa cumprir essa tarefa, é necessário trabalhar conteúdos condizentes com a realidade e a cultura e que esses conteúdos permitam aos educandos aprenderem a refletir e lhes possibilitem a ter uma visão mais ampla de mundo, dando suporte para que possa haver transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar a pesquisa no Centro Educacional Novo Horizonte com uma turma de quarta série, busquei uma resposta para a pergunta feita no momento de assistir as aulas: Qual é a relação do PPP com a prática docente do Centro Educacional Novo Horizonte?

Então, percebi que os conteúdos propostos no PPP estão sendo trabalhados, mas não da maneira que deveriam ser trabalhados, pois a educação é basicamente encarada como aquele processo que visa preparar o educando para participar, não só do ambiente social mais restrito, escola e comunidade, mas também das mudanças sociais que estariam ocorrendo na sociedade como um todo.

Também percebi que os educadores não trabalham de forma adequada com conteúdos e atividades relacionados à vivência e o dia-a-dia dos educandos do campo, mas entendo que isso pode ser falta de formação específica ou de uma formação que considera a Educação do Campo de uma forma em que a escola deve ter como objetivo principal formar pessoas que sejam sujeitos, com capacidade e consciência organizativa, onde a escola deve ser um lugar capaz de cultivar a alegria coletiva e de revolucionar a vida.

A forma de trabalho na turma da quarta série não incentiva os educandos a se interessar pela aprendizagem, pois está desvinculada da realidade dos educandos; isso faz com que eles se desmotivem pela aprendizagem.

Mas, diante de muitas dificuldades, acredita-se que essa realidade pode mudar, sendo que os educadores precisam ter oportunidade para ter formação continuada específica na Educação do Campo para trabalhar no campo, pois Fernandes (2004) afirma que o trabalho principal dos educadores do campo é o de fazer e o de pensar formação humana, seja ela na escola, na família, na comunidade e no movimento social.

Assim, os educadores têm uma tarefa importante na escola, qual seja, a de desenvolver projetos de formação que permitam aos sujeitos emancipar-se através de sua intervenção na realidade social, pois, como ensina Paulo Freire, "a escola não transforma a realidade, mas pode ajudar a formar os sujeitos capazes de fazer a transformação, da sociedade, do mundo, de si mesmos." Se não conseguirmos envolver a escola no movimento de transformação do campo, ele certamente será

incompleto, porque indicará que muitas pessoas ficarão fora dele". (Freire, 1987, p. 70)

Dessa maneira, a escola precisa trabalhar a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo; assim, ela estará comprometida em formar sujeitos que lutem para fazer a transformação não só da realidade, mas da sociedade, do mundo e de si mesmos, pois a escola não é apenas um local de transmissão de conhecimentos, mas de sua produção e sistematização.

REFERÊNCIAS

CALDART, R. S. **Educação em movimento** – formação de educadoras e educadores no MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

CALDART, Roseli Salete. **Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção**. In: Por uma educação do campo: identidade e políticas públicas. Brasília: articulação nacional por uma educação do campo, (Caderno 4), 2005.

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisas**. Teoria & Educação. [s.l.; s.e], 1990.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Por uma educação básica do campo: a educação básica do movimento social no campo**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, (Caderno 2), 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. **O campo da educação do campo**. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meira S. Azevedo. (orgs) Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo. Brasília. Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, (Caderno 5), 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GANDIN, Danilo. **Temas para um projeto político pedagógico**. Rio de Janeiro,: Vozes, 1999.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (org). **Por uma educação do campo: Identidade e políticas públicas**. Brasília: articulação nacional por uma educação do campo, 1999.

_____. **Por uma educação do campo: Identidade e políticas públicas**. Brasília: articulação nacional por uma educação do campo, 2002.

KULLOK, M. G. B. **Formação de professores para o próximo Milênio: Novo Lócus?** São Paulo: Anablume, 2000.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político pedagógico da escola**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001. Guia da escola cidadã, 2002

PAOLI, J. Niuvenius, **Cadernos CEDES II- Educação: A Encruzilhada Do Ensino Rural**. 3. ed. [s.l.; s.e], 1991.

PIMENTA, Selma G. (org). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 4. ed. São Paulo: Vozes, 2005.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico**. 15. ed. São Paulo: Libertad, 2006.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). **Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível**. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1995.

_____. **Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível**. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1997.